

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Jaqueline Fabiane Pena dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Jaqueline Fabiane Pena dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Maria, RS, como requisito parcial para
obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Prof^a Ms. Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Bacharelado em Serviço Social**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia
de graduação**

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO
SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

elaborada por
Jaqueline Fabiane Pena dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA

Eliana Mourgues Cogoy, Ms.
(Presidenta/Orientadora)

Cassia Engres Mocelin, Ms (UFSM)

Santa Maria, 11 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me direcionado a trancar o curso anterior e prestar vestibular nesta área tão apaixonante. Por ter me ensinado a ser perseverante e por ter sido meu alicerce nos momentos difíceis. O curso de Serviço Social ensinou-me a compreender a totalidade do mundo, a historicidade dos indivíduos e abriu meus horizontes, tanto a ponto de me fazer aceitar minhas raízes, de substituir o padrão embranquecido que estava impregnado em minha mente em uma vasta cabeleira afro.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe Vera, pai Isoli e irmãos Geanini e Juninho que me suportaram em todos os âmbitos e que sempre me incentivaram a não desistir. Agradeço também os meus amigos que entenderam a minha ausência e que, de alguma forma, tentaram se mostrar presentes quando ficávamos muito tempo distantes.

Sem deixar de mencionar os mestres que se dedicaram a executar seus papéis com êxito, meu Muito Obrigada à professora mestre e orientadora favorita Eliana que assumiu o desafio de “cuidar” de todos os (as) seus(suas) orientados(as) juntamente com tantos compromissos (que não foram poucos) sempre com um sorriso no rosto. Obrigada também à professora Cássia que aceitou compor a banca e ser corresponsável por esse trabalho, foi a partir de suas aulas que pude entender melhor sobre Política Habitacional.

O meu Muito Obrigada aos meus colegas, minha segunda família nesses 4 anos e meio de curso, jamais os esquecerei, dos embates e posterior busca pelo apaziguamento, das festas, das risadas e dos choros. Vocês são especiais!

Por fim, agradeço a minha sobrinha linda e amada Luiza, que completará um ano de vida exatamente em um dos dias mais importantes para mim (a formatura), que mesmo me tirando o foco inúmeras vezes com tamanho encanto e fofura, ajudou-me a passar por esse período exaustivo de forma alegre e transformadora.

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Bacharelado em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AUTORA: JAQUELINE FABIANE PENA DOS SANTOS

ORIENTADORA: ELIANA MOURGUES COGOY

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de dezembro de 2015.

Este trabalho final de graduação refere-se ao processo de aprendizado alcançado no decorrer do curso de graduação, a partir do qual foi possível compreender frente às disciplinas, seminários, rodas de conversa, entre outros espaços, o fazer profissional do assistente social. Inserido nesses espaços, está o projeto de intervenção que foi desenvolvido no sétimo e oitavo semestres no estágio curricular na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria (SMHRFSM), RS. Através do estágio adquiriu-se experiência por meio também de pesquisas literárias que foram realizadas devido à necessidade de maior conhecimento da área habitacional e ambiental, principalmente em razão do tema do projeto (educação ambiental e o serviço social) possuir pouca abordagem. O projeto teve como objetivo trazer a consciência para a comunidade de Loteamento Cipriano da Rocha do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre a importância da educação ambiental e do papel da co-responsabilidade ambiental. A escolha do tema deve-se ao fato de que, através de visitas realizadas no referido loteamento, percebeu-se um acúmulo de sujeira em praticamente todos os espaços, instigando-me a buscar a compreensão da historicidade dos residentes daquela região. Verificou-se também a falta de arborização e projetos de cunho ambiental nos programas habitacionais. Desse modo, a ação do Serviço Social nos programas habitacionais, abordando a questão ambiental, é fundamental a partir do momento em que se sugerem métodos que viabilizem a conscientização e o empoderamento do sujeito.

Palavras-chave: Questão ambiental. Educação Ambiental. Serviço Social. Política habitacional.

ABSTRACT

Graduate thesis
Degree course in Social Work
Federal University of Santa Maria

THE ENVIRONMENTAL QUESTION ISSUE AND THE ROLE OF SOCIAL WORK IN ENVIRONMENTAL EDUCATION

AUTHOR: JAQUELINE FABIANE PENA DOS SANTOS

SUPERVISOR: ELIANA MOURGUES COGOY

Date and Place of defense: Santa Maria, December 2, 2015

This graduation final work refers to the process of learning achieved during the graduation course, from which it was possible to understand from the subjects, seminars, conversation circles, among other activities, the role of the professional. Inserted in these activities, it is the intervention project that was developed at the seventh and eighth semesters in the traineeship at the Secretary of Housing and Land Regularization of Santa Maria (SMHRFSM), RS. From the traineeship, it was acquired experience and literary researches have been done due to the need for greater knowledge of the living area and environmental, especially because the topic (environmental education and social services) has been little discussed. The project aimed to bring awareness to the community of Allotment Cipriano da Rocha from Growth Acceleration Program (PAC) about the importance of environmental education and the role of the environmental co-responsibility. The choice for the topic is due to the fact that through visits to the referred allotment, it was noticed an accumulation of dirt on virtually all spaces, instigating seek to understand the history of the residents of that region. In addition, it was also found to lack afforestation and projects focusing on environmental issues in housing programs. Thereby, the action of Social Work in housing programs, addressing environmental issues, is essential from the moment it is suggested methods of enabling awareness and empowerment of the individual

Keywords: Environmental Issues. Environmental Education. Social Work. Housing Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do loteamento Cipriano da Rocha.....	38
Figura 2 –	Creche/escola abandonada que atenderia a comunidade.....	48
Figura 3 –	Exemplo de casa em que o morador trabalha com reciclagem, onde o material que será reutilizado mistura-se com entulho em torno do terreno e invade calçada e rua.....	49
Figura 4 –	Dia do “bota-fora”	49

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ARSELE	Associação de Reciclagem Seletivo Esperança
BNH	Banco Nacional da Habitação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FCP	Fundação da Casa Popular
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBH	Instituto Brasileiro de Habitação
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
FNRU	Fórum Nacional pela Reforma Urbana
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
SHRFMS	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
PNH	Política Nacional de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	12
1.1 Aspectos conceituais sobre o meio ambiente	12
1.2 Realidade contemporânea da questão ambiental	15
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL	18
2.1 O meio ambiente como espaço educacional.....	18
2.2 Aproximações do Serviço Social com a educação ambiental	19
3 A POLÍTICA DA HABITAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO SERVIÇO SOCIAL.....	23
3.1 Histórico da política habitacional e o processo de urbanização no Brasil..	23
3.2 O Serviço Social na Política Habitacional.....	34
3.3 Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICES	55

INTRODUÇÃO

A questão ambiental é um assunto que tem merecido destaque nos últimos anos, devido tamanha relevância que as novas condições climáticas apresentam-se de forma preocupante no mundo. Nesse sentido, a abordagem desse assunto tem aumentado gradualmente, pois a economia pós-industrialização (a partir do séc. XVIII) trouxe efeitos degradantes para o meio ambiente, visando estritamente o lucro sem criação de políticas ambientais que equilibrassem os efeitos nocivos trazidos pelas fábricas.

O meio ambiente está interligado com o ser humano e a sociedade, por isso é necessário que o cidadão esteja ciente do seu papel como agente participante na questão socioambiental, tendo conhecimento de suas obrigações e direitos frente ao meio em que o cerca. Na Constituição Federal de 1988, lei fundamental e suprema no Brasil, a expressão “meio ambiente” foi consagrada, devido à necessidade de incorporá-la como lei para que, assim, esse fosse protegido.

Diante disso, uma política ambiental eficiente contribui para o aprimoramento da diminuição dos danos ambientais causados pelo homem, já que o sistema capitalista além de prejudicar o meio ambiente de forma mais concreta, fez com que se criasse uma cultura “não ambiental” a partir da extração crescente de recursos naturais, sem uma política educacional que “reconstituísse” a natureza.

O crescimento populacional, principalmente o aumento acelerado em favelas, com a incapacidade – ou falta de vontade – dos governos de fornecerem o direito básico daquela comunidade colabora para agravar os problemas ambientais, já que as moradias são construídas sem infraestrutura adequada, causando desmoronamentos, poluição e risco à saúde. Sem contar que as políticas habitacionais dos loteamentos, por exemplo, não trazem consigo projetos de cunho ambiental para os novos moradores.

Essa teoria destrutiva vem sendo estudada há décadas e um dos órgãos mais importantes e influentes, a Organização das Nações Unidas (ONU) executou e executa ações para um desenvolvimento mais sustentável. Esse movimento de transformação na questão ambiental só será possível com a educação ambiental, na qual o meio ambiente será trabalhado como espaço educacional, que será explicitada, neste trabalho, pela autora Yolanda Guerra por meio da questão da instrumentalidade a aproximação do Serviço Social com a educação ambiental.

A educação ambiental no Serviço Social compreende uma educação como direito, a qual promoverá motivação, esclarecimento de ordem ambiental, fazendo o sujeito entender o compromisso que possui com a sociedade. Para isso, são necessárias ações que devem envolver a comunidade, respeitando a cultura local e valorizando a participação dos atores sociais envolvidos.

Os problemas ambientais são problemas basicamente sociais, gerados e transpassados por um conjunto de processos sociais. Esses processos podem ser vistos na política habitacional dentro dos programas sociais, cujos projetos das moradias excluem a realidade histórica do cidadão e novo morador do loteamento, cabendo ao profissional assistente social com seu olhar crítico e propositivo, intermediar junto à comunidade em seu espaço institucional.

Dessa forma, este trabalho está dividido em quatro capítulos além da presente introdução. No primeiro capítulo, será abordada sobre a “Questão ambiental e os desafios contemporâneos”, tratando sobre os aspectos conceituais do meio ambiente e da realidade atual da questão ambiental. Em seguida, no segundo capítulo “Educação Ambiental e o Serviço Social”, será discorrido sobre a relação desses dois contextos, que clarificará mais o assunto do meio ambiente como espaço educacional e a aproximação do Serviço Social com a Educação Ambiental. No terceiro capítulo, “Política de habitação e a possibilidade de educação ambiental através do Serviço Social”, abordará a política habitacional na cidade de Santa Maria, contextualizando a história política, os programas atuais, como são materializados na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria e como se desenvolveu o estágio nessa instituição, trazendo a construção de novos paradigmas.

1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

No decorrer deste capítulo, serão abordados aspectos conceituais sobre o meio ambiente, buscando a compreensão histórica, curiosamente gramatical e trazendo teoria de alguns filósofos e sociólogos que contribuem para o entendimento deste trabalho. Além disso, será versada a discussão sobre a questão socioambiental, como está sendo vista na atualidade e a interligação com o ser humano, este como participante e agente de transformações do meio que o cerca.

Após esse esclarecimento, será feita uma contextualização da realidade contemporânea da questão ambiental, enfatizando que os problemas ambientais são resultantes de um processo de construção civil com características variadas, salientando alguns agressores contemporâneos do meio ambiente e apresentando a questão ambiental no âmbito social, econômico e político.

1.1 Aspectos conceituais sobre o meio ambiente

Para a compreensão do significado de meio ambiente, faz-se necessária uma busca da evolução histórica, procurando apresentar sua teoria na totalidade de uma maneira sucinta, mas esclarecedora. Alguns pensadores entendem que os termos “meio” e “ambiente” são equivalentes, tornando a expressão um pleonasma¹.

Conforme Bizzocchi (2015), a palavra meio ambiente pode ser entendida, de forma gramatical, como:

A palavra “meio”, sozinha, é muito vaga; afinal, além de ambiente, “meio” também significa “metade” e “recurso, instrumento” e nem todo contexto em que se emprega “meio” admite “ambiente” como sinônimo. Nesse sentido, “ambiente” é um adjetivo que especifica o tipo de meio a que nos referimos, assim como “sólido”. O que ocorre é que “ambiente”, outrora apenas adjetivo, oriundo do latim *ambiens*, participio presente do verbo *ambire*, “andar em volta, rodear”, passou a ser usado como substantivo; daí falarmos no ambiente da festa, por exemplo. Se pensarmos em ambiente como substantivo com esse significado, então “meio ambiente” seria efetivamente um pleonasma. Mas a expressão “meio ambiente”, por sinal um termo técnico do jargão da biologia e da ecologia, tem um sentido específico, diferente de “meio” simplesmente, que também é termo técnico nessas áreas (e em outras, como em sociologia: “as más influências do meio”). (BIZZOCCHI, 2015).

¹ ple.o.nas.mo: **sm (gr pleonasmós) Gram** Repetição, no falar ou no escrever, de ideias ou palavras que tenham o mesmo sentido. É vício quando empregado por ignorância ou inconsciência; é figura quando propositado, para dar força à expressão. (michaelis.uol.com.br)

O entendimento de “meio ambiente” além do gramatical, perpassa a noção sobre ecologia e urbanização. De acordo com Gouveia (1999) observa-se, em nosso meio, ainda que mais recentemente, uma maior aproximação entre as preocupações com questões relacionadas às condições de saúde da população e com o meio ambiente, principalmente o meio ambiente urbano onde essa população vive.

O autor defende também que é preciso explorar mais essa área de estudos que tem a relação entre saúde e meio ambiente como objeto principal. Saúde ambiental também pode ser entendida apenas como os agravos à saúde devidos a fatores físicos, químicos e biológicos mais diretamente relacionados com a poluição, o que atribui um caráter eminentemente ecológico ao processo saúde-doença.

A expressão “meio ambiente” consagrou-se e foi incorporada amplamente à Constituição da República Federativa do Brasil. Não há uma definição objetiva da palavra meio ambiente na Constituição, mas ela está inserida de uma forma que transmite um caráter de legitimidade, tanto que possui um capítulo exclusivo só para tal assunto.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

A Constituição expressa claramente parte do que será exposto neste trabalho quando trata dos direitos e deveres do cidadão de defender e preservar o meio em que vive. Este direito garantido apresenta uma das atribuições do assistente social, ou seja, cabe ao profissional fazer com que os cidadãos reconheçam seus direitos em relação à questão ambiental e os empoderem para alcançá-los e exercê-los com autonomia. Nessa ação técnica, utiliza-se de uma das ferramentas mais significativas e abrangentes que é a educação ambiental.

A educação ambiental é muito mais que só conhecimento, torna-se um instrumento de implementação de forma de vida em que os estudantes e demais pessoas carregarão essa mentalidade preservacionista por toda a sua jornada acadêmica e social. De acordo com Nunes e Silva (2014, p. 126) “na atualidade, grandes esforços ainda são necessários, em diferentes ambientes sócio institucionais, para a compreensão e implementação de novas possibilidades da EA”. As autoras entendem que se estabelece uma relação equivocada entre a educação ambiental com a ecologia, apesar disso não vê problema em aliá-las, mas

sua mistura e incorporação a ponto de se tornarem uma só é uma questão que tem intrigado a sociedade acadêmica.

Complementando, conforme as autoras citadas, Nunes e Silva (2014, p. 122, 123), “parte-se do pressuposto que o meio ambiente é uma categoria constituída por relações entre elementos humanos e naturais, sendo um conjunto de componentes químicos, físicos, biológicos, geográficos, sociais, econômicos e culturais”.

Além disso, a partir da concepção do filósofo Marx compreende-se que os seres humanos, estes determinados obviamente como seres vivos, e a natureza se encontram numa relação de reciprocidade de acordo com a descrição nos Manuscritos econômico-filosóficos 1844:

O ser humano viver da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza. (MARX, 1968, apud ANDRIOLI, 2007, p. 01).

É necessário compreender e analisar não somente o significado literal de meio ambiente, mas também apreender as relações com o ser humano e a sociedade, pois não é possível desassociá-los.

Para o ser humano, o meio ambiente é uma fonte de recursos naturais. Tal fonte tem sido degradada ao passar dos anos e, com a chegada do capitalismo, a extração crescente em grandes proporções e a não “reconstituição” da natureza têm trazido problemas ambientais consideráveis no Brasil. O crescimento urbano dificilmente vem acompanhado de investimentos adequados de infraestrutura habitacional e a ausência de serviços básicos como o saneamento, por exemplo, afetam diretamente o meio ambiente, pois resulta em locais insalubres ocasionados pela má utilização do solo, poluição, entre outros fatores.

Segundo Mazzuoli (2007), a proteção do meio ambiente não é matéria reservada ao domínio exclusivo da legislação doméstica dos Estados, mas dever de toda a comunidade. A proteção ambiental, abrangendo a preservação da natureza em todos os seus aspectos relativos à vida humana, tem por finalidade tutelar o meio ambiente em decorrência do direito à sadia qualidade de vida, em todos os seus desdobramentos, sendo considerada uma das vertentes dos direitos fundamentais da pessoa humana já que “o direito fundamental ao meio ambiente foi reconhecido no Plano Internacional da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano,

que foi adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972”.

Ao discutir sobre questão ambiental, no sentido de reconhecê-la como uma abordagem importante para a vida em sociedade, prima-se pela qualidade de vida, pela proteção ao meio ambiente e pela proteção à vida como um direito fundamental. Articular essas questões nos espaços formativos é primordial, pois é a partir daí que muitas pessoas reproduzirão, em outros meios, o que foi compreendido.

1.2 Realidade contemporânea da questão ambiental

Partindo da premissa que o homem e a natureza estão interligados, a questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica generalizada. Na atualidade, a questão ambiental vem situando-se como uma das mais complexas expressões da questão social², com foco à destruição do meio ambiente, resultado proveniente também do sistema capitalista, já que esse modelo econômico explora os recursos naturais sem um plano de recuperação e/ou de elaboração de uma política ambiental eficaz.

De acordo com Américo (2006), a ineficiência de uma política ambiental, aliada a uma abstração no cotidiano da população de atitude consciente de preservação dos recursos naturais, absorta pela política paternalista e corporativista predominantes na organização social contemporânea, contribui para o acirramento do problema. Ou seja, como mencionado anteriormente, o sistema capitalista sempre voltou-se para a evolução sem muita preocupação com o meio ambiente, não havendo criação de políticas ambientais consideráveis no processo de industrialização. Assim, forma-se uma cultura que adentra a casa do trabalhador, este retratando comportamentos “não ambientais” no dia a dia de maneira inconsciente.

O planejamento da moradia, nesse sentido, é exemplo causador de danos ao meio ambiente, além da má conduta dos que ali se encontram os aglomerados

² Capital x Trabalho. O fenômeno do pauperismo é um tema recorrente e ineliminável dos debates no interior do Serviço Social. Seus reflexos iniciais, explicitados na Europa ocidental a partir dos rebatimentos da primeira onda industrializante do final do século XVIII, deram origem à expressão questão social, cujo conteúdo abarca o depauperamento das condições materiais de existência do operariado no contexto da produção capitalista, bem como os reflexos desse fenômeno na esfera política. (PIMENTEL, 2012, p. 1).

humanos desorganizados contribuem para a degradação do solo e danos ao ciclo natural da água, proliferando a poluição.

Essa lógica destrutiva vem sendo estudada desde a década de 70, e além do *Earth Day*³ (dia primeiro da Terra ou ambientalismo), a Organização das Nações Unidas (ONU) executou e executa ações para um desenvolvimento sustentável. Destaca-se na contemporaneidade o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (2015), um de seus documentos que trata da sustentabilidade.

Nesse relatório é tratado sobre a água e sua contribuição para as melhorias do bem estar-social e da integridade dos ecossistemas em uma economia forte, sendo utilizada para atender as necessidades básicas da população, garantida por meio de serviços de abastecimento de água e saneamento confiáveis e acessíveis, suportados por uma infraestrutura gerida de forma eficiente.

Tal documento expõe a importância da água, vista como centro do desenvolvimento sustentável, devido à gama de serviços que provêm desse recurso como: o uso doméstico, agrícola e nas empresas. Além disso, ela é essencial na produção da maioria dos bens e serviços, incluindo alimentos, energia e manufaturados. De acordo com a ONU:

As interconexões entre água e desenvolvimento sustentável vão muito além de suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. A saúde humana, a segurança alimentar e energética, a urbanização e o crescimento industrial, bem como as mudanças climáticas, são áreas críticas de desafio, onde as políticas e ações de vital importância para o desenvolvimento sustentável podem ser fortalecidas (ou enfraquecidas) por meio da água. (ONU, 2015, p.04)

Reforça-se aqui a questão do crescimento populacional, principalmente o crescimento acelerado em favelas, como já mencionado, com a incapacidade – ou falta de vontade – dos governos de fornecerem o direito básico daquela comunidade.

Outro exemplo da importância significativa do sistema hídrico é retratado também pela ONU (2015, p.05), em que “até 2050, a agricultura precisará produzir globalmente 60% a mais de alimentos, e 100% a mais nos países em desenvolvimento, ou seja, a água potável para irrigação também necessita ser crescente”.

³ *Earth Day* (Dia da Terra) – O novo ambientalismo chegou em seu ápice em 22 de abril de 1970, quando a maior manifestação ambientalista da história foi realizada em Washington, nos EUA, onde reuniu milhões de pessoas. (BURSZTYN, PERSEGONA, 2008)

A questão ambiental está nos sistemas hídricos e implica na questão do solo, do desmatamento, da extinção de animais, entre outros, e é por isso que há a necessidade de uma educação ambiental, para que o próprio cidadão saiba fazer essas associações, interligando-se com o meio ambiente.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, será trazido um tema ainda pouco abordado, mas com grandes perspectivas de ascensão a debates, que é o serviço social e o meio ambiente. Nesse contexto, será discorrido como o meio ambiente torna-se um assunto integrante a ser explorado no espaço educacional e traz associações com o serviço social e a educação ambiental.

Primeiramente, articula-se sobre a tardia e ausente ênfase na importância do meio ambiente estar cada vez mais presente no espaço educacional, abarcando no Serviço Social, e os resultados que essa prática carrega e, como consequência, acarretando no que se tem hoje de problemas ambientais. O serviço social encaixa-se nessa questão, acompanhado dos instrumentos a serem utilizados, tendo como destaque a educação ambiental.

Com isso podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade). (GUERRA, 2012, p.01)

Esse movimento de transformação na questão socioambiental só será possível com a educação ambiental, em que o meio ambiente será trabalhado como espaço educacional, um dos temas a serem abordados neste capítulo além do que já foi explicitado na questão da instrumentalidade, a qual fica mais clara neste trabalho a aproximação do serviço social com a educação ambiental.

2.1 O meio ambiente como espaço educacional

Há uma relação entre meio ambiente e globalização a qual se expressa na concepção dos impactos gerados pelas transformações e evoluções técnicas que forneceu avanços na economia e integração às diferentes partes do planeta, além de proporcionar mudança aos sistemas de produção no campo e na cidade. Isso demonstra que o meio ambiente é um espaço a ser aprendido e entendido.

Nas ideias desenvolvidas por Vergara (2000), a globalização não é apenas um fenômeno de natureza econômica, mas também política, tecnológica e cultural. Essa ideia tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação,

registrado a partir do final da década de 1960.

O meio ambiente é um assunto que tem sido mais debatido na atualidade e as empresas tem cada vez mais participado de projetos socioambientais que visam em grande parte interesses próprios, mas que indiretamente auxiliam na preservação do meio natural. Contudo, ainda há muito que mudar, pois esse mundo global não é somente positivo.

Em alguns países menos desenvolvidos, os regulamentos de segurança e defesa do meio ambiente são virtualmente inexistentes. Algumas empresas transnacionais vendem-lhes produtos sujeitos a restrições ou banidos nos países industrializados: fármacos de baixa qualidade, pesticidas destrutivos ou cigarros com altos teores de alcatrão e de nicotina. Os pessimistas acreditam que, em vez da aldeia global, estamos perante uma pilhagem global. (GIDDENS, 2000 apud, VERGARA, 2014, p.02)

No contexto da questão ambiental na globalização, pode-se considerar como marco histórico a Revolução Industrial na intensificação da alteração do meio natural pelas sociedades e suas posteriores transformações, com a industrialização alastrou-se o consumo e a pressão sobre os recursos naturais.

A diminuição dos efeitos da globalização sobre o meio ambiente percorre por diversos embates, tais como vencer a lógica de desenvolvimento via consumismo, os impactos negativos da urbanização concentrada e a diminuição das desigualdades sociais. Para isso, é necessária uma conscientização a fim de desenvolver atitudes ambientais que atendam as necessidades básicas para a conservação da natureza. Essa conscientização se dá através da educação ambiental, ou seja, o meio ambiente precisa ser estudado, em busca de aprender novas formas de desenvolvimento com baixa extração e aumento na recomposição de tais recursos.

2.2 Aproximações do Serviço Social com a educação ambiental

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), em seu artigo 1º no Capítulo I Da Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

É a partir de uma ação educativa que o ser humano contrairá consciência da necessidade de preservação do meio ambiente e estará preparado para

coletivamente resolver questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

A finalidade da educação ambiental é, de fato, levar à descoberta de uma certa ética, fortalecida por um sistema de valores, atitudes, comportamentos, destacando, entre os primeiros, questões como a tolerância, a solidariedade ou a responsabilidade. A educação ambiental também deveria permitir o progresso na busca dos valores mais adequados a um verdadeiro desenvolvimento (desenvolvimento sustentável). (DIAZ, 2002, p. 37).

A educação ambiental é deveras importante frente à atualidade, devido às inúmeras problemáticas que se apresentam. A amplitude dessa problemática afeta o ser humano e é inevitável e fundamental incorporar à dimensão social, tanto nas diferentes políticas sociais como na intervenção do Assistente Social, a série de problemas ambientais que está muito presente no cotidiano do profissional decorrente de uma economia capitalista.

Diante da problemática ambiental contemporânea, os pesquisadores da ciência econômica que tratam do tema subdividiram-na em três teorias: a economia ambiental, a economia ecológica e a economia política marxista [...] a economia ambiental, baseada na economia neoclássica e, por isso mesmo, concentrando sua análise sobre a escassez/ abundância de recursos; a economia ecológica, que tenta incorporar aspectos dos ciclos biogeoquímicos e intercâmbios de energia termodinâmica na análise dos desgastes ambientais; e a economia marxista, que vê a problemática ambiental como mais uma contradição do sistema capitalista e assim entende que o valor dos recursos naturais se dá pela relação social entre os seres humanos. (ROCHA, 2004, p.01-02)

O modelo econômico atual tem uma tendência maior para a sustentabilidade, devido à preocupação com os problemas ambientais que surgiram pós-industrialização, mesmo que ainda particularmente vista em proporções muito pequenas, o desenvolvimento sustentável ultrapassa a ideia de um desenvolvimento voltado apenas para uma economia rentável, mas vai além perpassando a mediação do bem estar da população.

Nesse processo de transformação, faz-se necessário entender que todos estejam situados como agentes ativos, educando e educadores. Segundo Marín (1996, p. 32), “existe na atualidade certa tendência de nos eximir da nossa responsabilidade ou esperar que outros resolvam esses problemas”. Até mesmo a dimensão coletiva na geração das questões ambientais, que é um dos elementos a ser contemplado na análise, precisa ser observada por uma proposta de reflexão e mudança individual. Conforme Gómez, Aguado e Pérez (2011 p. 33), “em todo esse

processo de mudança, a educação não apenas constitui um serviço social básico, mas precisa ser considerada como um dos eixos para a construção de um modelo sustentável de sociedade”.

A educação ambiental no serviço social compreende uma educação como direito, que promoverá motivação, esclarecimento de ordem ambiental, fazendo o sujeito entender o compromisso que possui com a sociedade, etc. Essas ações devem envolver a comunidade, respeitando a cultura local e valorizando a participação dos atores sociais envolvidos.

Nós assistentes sociais, sabemos que as estruturas mentais precisam de uma “alimentação” informativa para começar seus processos de mudança, condição certamente não suficiente, mas *sine qua non*; e que seu conteúdo para ser processado convenientemente, precisa de sistematização formal e, sobretudo, de um fundamento significativo a partir de um ponto de vista vivencial. (GÓMEZ; AGUADO; PÉREZ; 2011 p. 48)

Assim, percebe-se que a desigualdade social traz diferenças culturais, diferentes entendimentos de mundo e sociedade. Cabe ao profissional buscar reduzir essa disparidade, através da garantia de direitos, direito esse à educação, incluindo a educação ambiental. Além disso - e primeiramente - o assistente social tem que estar ciente e atuante também nessa esfera.

O assistente social, como muitos outros profissionais, com muita frequência esquece ou não leva em conta que, mesmo a partir de sua atividade profissional, pode contribuir para a melhoria do entorno. Colaborar com essa melhoria não significa despender mais tempo com planejamento ou substituir a intervenção. O que se pretende é uma nova intencionalidade no momento de projetar as atividades nas quais se deveria agir *como se realmente o meio ambiente importasse*. (GÓMEZ; AGUADO; PÉREZ; 2011 p. 37).

Existe uma dificuldade de relacionar o Serviço Social com o meio ambiente, por isso é importante o profissional estar ciente de sua atribuição, reportando ao Código de Ética do Assistente Social (1993), que norteia as suas práticas e de acordo com o artigo nº 12, o Assistente Social deve “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Assim, o profissional que vincula-se a ações de Educação Ambiental tem uma amplitude da visão de cidadania da população.

Leff (2000) defende que “os problemas ambientais são problemas eminentemente sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos

sociais”. O autor ressalta ainda a importância da reorientação interdisciplinar, do desenvolvimento do conhecimento e da formação dos profissionais que atuam no campo da saúde coletiva, na perspectiva que se avance na reflexão sobre a pesquisa das ciências sociais no campo dos problemas ambientais que afetam as condições de saúde da população. (RIBEIRO, 2010, p. 22).

O Serviço Social tem muito a contribuir com a educação ambiental, pois é o assistente social que decifra a realidade e contribui com estratégias que efetivam direitos aos cidadãos, incentivando-os e participando ativamente de reflexões sobre suas ações e educando para a intervenção na realidade (SOUZA et al., 2008).

Para o profissional estar conectado a essa visão ambientalista, faz-se necessária uma “ambientalização curricular” em sua formação, partindo das universidades, pois o estudante precisa estar capacitado para um exercício profissional que respeite o meio ambiente. Esse tema ainda é escasso na educação dos futuros profissionais e o Serviço Social ambiental é de grande importância, pois pode trazer a consciência dos sujeitos os problemas ambientais e pode intervir com seus métodos e técnicas com o objetivo de reduzir alguns desses efeitos nocivos.

A seguir será dada a continuidade na abordagem da educação ambiental, com viés de intervenção do serviço social e os reflexos na política de habitação.

3 A POLÍTICA DA HABITAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, serão abordadas as relações do serviço social com a política de habitação no Brasil e a educação ambiental. Será discorrido também sobre a política habitacional do município de Santa Maria, mais em específico sobre a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria (SHRFSM), onde foi realizado o estágio curricular supervisionado.

O estágio teve sua prática dentro e fora do espaço da Secretaria, onde os momentos de maior aprendizado e mais significativos foram durante as visitas domiciliares, um dos exemplos de instrumento da profissão, que ocorreram no Loteamento Cipriano da Rocha.

3.1 Histórico da política habitacional e o processo de urbanização no Brasil.

Para trazer a história da política de habitação do município de Santa Maria, faz-se necessário relatar o histórico sobre o surgimento da política habitacional no Brasil, partindo da exclusão no meio rural. A seguir, será exposto o resultado ineficaz, em sua maioria, das propostas das políticas habitacionais, devido a diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

Após a colonização no Brasil, iniciou a economia baseada no extrativismo e na monocultura destacando os engenhos de açúcar, café e borracha, onde o plantio gerava um grande desmatamento e a extração dos recursos naturais proporcionava a degradação do meio ambiente. Além disso, o acesso à terra era limitado às pessoas com maior poder aquisitivo. Segundo Silva (2001), no Brasil, desde o período colonial, foram impostos mecanismos que impediram o acesso à terra e à propriedade pela população empobrecida, especialmente pelos negros e índios, bem como pela falta de condições de trabalho e de políticas públicas que dessem conta das demandas da população do campo.

Posteriormente, com a chegada da industrialização, houve uma grande migração, em que as cidades eram vistas como progresso e que continham as melhores condições de vida. O trabalhador do campo, que possuía apenas a terra como meio de produção, foi gradativamente afastado desse processo produtivo, tornando-o um trabalhador sem terra, nas mãos da classe burguesa emergente.

A individualização e mercantilização da terra compõem uma das raízes da

exclusão no meio rural, a qual pode ser definida como Questão Agrária, calcada nas relações pré-capitalistas, isto é, o direito de permanecer na terra foi alterado com a nova concepção capitalista iniciada na Europa, que mudou as relações entre o capital e o trabalho, através da livre concorrência econômica, baseada no lucro, tendo como substrato a propriedade privada (incluindo a terra), o assalariamento do trabalho e o intercâmbio em dinheiro. (LINHARES; SILVA, 1999, apud NALIN, 2013, p. 19).

Dessa maneira, tanto na área urbana como na rural, o solo espelha quem domina e quem é dominado. O empobrecimento da população rural está baseado nas mudanças do processo produtivo, que centraliza a força de trabalho, a terra e suas riquezas nas mãos de poucos.

Essas mudanças foram instauradas com a queda do Feudalismo, que estabeleceu o domínio da burguesia, remodelando a forma de ocupação do território. A população foi expulsa das terras e forçadas a migrar para as cidades através de instrumentos legais como a Lei dos Cercamentos⁴, berço do capitalismo. Na ocupação do solo, as terras foram doadas às famílias nobres, que detinham o pleno poder sobre o território, segundo Martins (2002), conforme a ordem estabelecida, os escravos, mestiços ou índios libertos da servidão ficaram de fora da divisão deste bem.

A Lei de Terras (1850) que delimitava o acesso à terra foi aprovada antes da Lei de Abolição da escravatura, com o propósito de impedir que a população empobrecida tivesse acesso, inclusive negros e índios. Tal acesso só era possível mediante a compra, ou seja, até mesmo os imigrantes eram atingidos por essa limitação.

Aliás, muitas destas terras foram “compradas” de forma arbitrária, através da expulsão violenta de camponeses e índios, com apoio de jagunços a serviço de fazendeiros, ou através de falsos títulos de propriedade, ou seja, através da grilagem. (JUNIOR, 2007, apud NALIN, 2013, p.22).

As desigualdades surgem desde o Brasil Colônia e os conflitos fundiários continuam até hoje. Stédile (2011, p. 1) denuncia que “a concentração de terra é uma das principais fontes de injustiças sociais no Brasil, pois mantém as riquezas naturais (água, flora, fauna, minérios, etc.), a agricultura e o poder político do campo nas mãos de uma minoria”.

⁴ Os cercamentos transformaram as terras aráveis, que eram comuns aos senhores e aos servos da antiga relação entre feudo-vassálica, em pastagens de carneiros para a tecelagem de algodão, gerando a expropriação que “[...] foi condição para o surgimento do capitalismo e iniciou-se, sobretudo, através da expulsão dos camponeses [...]”. (NALIN 2013, p. 21).

À medida que as cidades crescem, passam a ter uma imagem de progresso e a migração ocorre na busca por melhores oportunidades, mas para os camponeses, que tinham apenas o conhecimento do campo, resta apenas o trabalho pesado nas cidades e com a falta de educação, estes eram ridicularizados e pormenorizados.

As pessoas que saíram do campo sofreram um processo de desenraizamento, pois se afastaram de suas famílias e comunidades, comprometendo a autoestima e a autoconfiança. Desencadeou-se, um processo de desumanização, pois o desejo de serem ressocializados a uma sociedade marginal urbana obrigou-os a tomar rumos extremos, através da rebeldia, da violência, ou pela ocupação de locais impróprios e mesmo ilegais de moradia e de sobrevivência. (SANTANA, 2011, apud NALIN, 2013, p.24-25).

O preconceito contra essa parcela da população que busca a ressocialização cresceu substancialmente, segundo Santana (2011 apud NALIN, 2013, p. 25), muitos dos sujeitos que apareciam nos atendimentos do Serviço Social nos centros urbanos, especialmente entre as décadas de 1950 a 1970, eram ex-moradores do campo, que se apresentavam semianalfabetos, sem qualificação para o trabalho nas fábricas, sem proteção social e sem família. Houve a perda de identidade desses trabalhadores, que antes sabiam manusear seus instrumentos de trabalho na agricultura e tinham seus valores familiares, culturais, religiosos e comunitários bem definidos; porém, nas cidades, não mais se reconheciam.

O início do processo de urbanização no Brasil se deu praticamente a partir do século XX. Linhares e Silva (1999) lançam uma estimativa de que 23 milhões de migrantes abandonaram o campo pelas cidades até 1960, outros 26 milhões o fizeram na década de 1970 e 21 milhões e 300 mil ao longo da década de 1980.

Este verdadeiro “mar de gente” exigiu um gigantesco movimento de construção de cidades necessário para o assentamento residencial, bem como de suas necessidades de transporte, abastecimento de água, energia elétrica, saúde, educação, esgotamento sanitário e recolhimento de lixo, dentre outros serviços, como educação, saúde, lazer, trabalho, etc. (MARICATO, 2001, apud NALIN 2013, p.27, 28).

O Estado aparece nesse contexto como criador de uma economia que viabiliza a acumulação de capital e protela as medidas para combater a pauperização dos trabalhadores, ocasionando a crise econômica.

Mediante o crescimento das cidades, as manobras de empreiteiras e incorporadoras, com o aval do poder público, buscam sempre mais a expansão de seus negócios. Assim, passam a incluir no mapa urbano áreas rurais próximas à

cidade ou pressionam famílias moradoras de áreas periféricas a ceder e se deslocar ainda mais para a periferia. (MOREIRA, 2011, apud NALIN, 2013, p.35).

As relações de poder mostram-se bem nítidas no embate de grupos de classes divergentes, nas quais obviamente, quem tem maior posse e força é privilegiado. A população de baixa renda se vê obrigada a instalar-se nas periferias da cidade onde o preço da terra não é valorizado, pois os centros urbanos oferecem maior qualidade de vida onde o sujeito mora perto do seu trabalho e possui infraestrutura adequada como escolas e hospitais, por exemplo, ao entorno. Conforme Cavallieri e Bezerra (1996),

a instalação da infraestrutura em áreas periféricas, além de aumentar o preço da terra urbana, dificultando o desenvolvimento de programas habitacionais para a população de baixa renda, também provoca o deslocamento de boa parcela das camadas médias das áreas melhor providas da cidade para as regiões mais distantes, pressionada pela elevação do preço da terra e dos aluguéis nestes locais, e contribui, igualmente, para expulsar os antigos residentes de menor renda, e, esse processo completa o ciclo de deslocamento/substituição/segregação que vem ocorrendo nas cidades brasileiras em função da pauperização crescente de amplos contingentes sociais, da concentração de renda e do fato de a terra urbana cumprir apenas uma função econômica de propiciar super lucros aos seus proprietários (CAVALLIERI; BEZERRA, 1996, apud NALIN, 2013, p.36).

A ausência do Estado quanto à falta de políticas habitacionais e gestão de terras colabora para a construção de modelos excludentes, os terrenos e financiamentos, são reservados apenas a um círculo restrito de pessoas que são detentoras de dinheiro. Rolnik (2006 apud NALIN, 2013, p.37) defende que “a política habitacional de interesse social tem reforçado a exclusão dos mais pobres ao destiná-los para conjuntos precários em periferias distantes”.

Diante disso, a população mais pobre busca seu espaço e é nas favelas ou vilas em terrenos públicos ou privados, regulares ou irregulares, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente agentes modeladores. A produção deste espaço é, antes de tudo, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.

Devido a essas desigualdades sociais, juntamente com outras questões sociais, políticas e econômicas, como os obstáculos criados para a regularização de áreas ocupadas, por exemplo, reproduzem a precariedade na área habitacional. Segundo Maricato (2001 apud NALIN, 2013, p. 83) as ocupações, apesar de ilegais, são toleradas pelo Estado, pois representam uma “válvula de escape para os demais

agentes que ocupam o espaço urbano”.

Dessa forma, a cidade passa a ser um direito “o qual pertence a todos, tanto para as atuais gerações quanto para as gerações futuras, direito este denominado de terceira geração” (COUTO 2004 apud NALIN, 2013, p. 44). Foram através de muitas manifestações e lutas que esses direitos foram alcançados, como conferências, fóruns, e demais eventos que lidaram com a questão urbana e sustentável do planeta. Entre esses, destacam-se a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro-ECO 92; a Conferência sobre Assentamentos Humanos em Istambul em 1996, conhecida por Habitat II; e a Rio +20, em 2012.

O Brasil registrou a partir da década de 70 o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos sociais. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) é um exemplo de luta que foi retomada na década de 80 e quem participava desse movimento fazia uso de ocupações em diferentes localidades a fim de garantir uma moradia. Outro exemplo de movimento que cabe nesse contexto é o Movimento Social Urbano que tem como eixo a mobilização na questão urbana.

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) focalizam sua mobilização em torno da questão urbana, reivindicando a regularização de loteamentos clandestinos, a construção de equipamentos comunitários de educação, saúde, praças e a implantação de infraestrutura básica, como luz, água e asfalto, dentre outros. (CASTELLS, 1983, apud NALIN, 2013, p.45).

A partir desses movimentos e outras mobilizações, foi possível alcançar avanços institucionais no campo do direito à moradia e à cidade, colocando a questão do acesso à terra urbana e à igualdade social como prioridades na lista das agendas políticas e de desenvolvimento, em resposta, teve como consequência a mudança na Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257 de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade.

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (BRASIL, 1988)

A aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade dependerá das propostas no Plano Diretor do município, o qual tornou-se obrigatório para aqueles que apresentarem mais de 20 mil habitantes.

O Plano Diretor representa “um plano municipal imperativo (sob lei municipal) urbanístico e territorial que se caracteriza por normas, diretrizes e condutas o qual a coletividade de uma cidade fica obrigada a respeitar”. Portanto, consiste em um conjunto de regras que articula a ação dos agentes públicos e privados sobre a utilização da cidade, que deverá ser elaborado com a participação de todos os segmentos da coletividade e representa um pacto em relação à cidade que se quer (ESTATUTO DA CIDADE, 2005).

Depois de delimitadas as normativas, foi necessária uma lei que especifique sua materialização. Essa lei chama-se de Lei Orgânica do Município que, segundo o próprio documento, a Lei Orgânica é, por assim dizer, a cartilha dos entes políticos (poderes constituídos e cidadãos) institucionais ou não. É dela que se apreende o que se pode ou não fazer no exercício da cidadania. Este, então, é o motivo da reedição. A Lei Orgânica Municipal como instrumento de trabalho. Trabalho ao Poder Executivo para executar, ao Legislativo para legislar, a ambos para governar e aos cidadãos para fiscalizar e cobrar.

Juntamente a essas vitórias, outro avanço considerado pelos movimentos sociais urbanos foi a instituição do Ministério das Cidades em 2003, pela Lei n.º 10.683, com caráter de órgão coordenador e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), envolvendo de forma integrada as políticas ligadas à cidade. Ainda possui como atribuição, coordenar as políticas de Habitação, Mobilidade Urbana, Saneamento e Política Urbana, na perspectiva de gestão global da cidade, facilitando o diálogo entre elas.

O conceito sobre a cidade adotado pelo Ministério das Cidades, o qual foi estabelecido pelo Estatuto da Cidade, é o seguinte:

A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua experiência é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se inter-relacionar, de se organizar em torno do bem-estar comum; de produzir e trocar bens e serviços, de criar cultura e arte, de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona (ESTATUTO DA CIDADE, 2005).

Com isso, a moradia que está inserida na cidade, não pode ser definida apenas como uma forma física, palpável, na qual o ser humano busca o conforto e proteção, mas como um ambiente ocupado por pessoas, grupos, lugar que identifica o homem em determinado espaço geográfico.

A moradia, a partir das mudanças do meio de produção, tornou-se um local particular da família, onde anteriormente era também o local de trabalho.

O trabalho passou a ser realizado nas fábricas, separando o trabalhador dos meios de produção e do convívio com o seu entorno, pois antes as pessoas circunvizinhas frequentavam a casa uns dos outros, a fim de comprar ou trocar produtos confeccionados pelos diferentes artesãos – sapateiros, costureiras, padeiros, etc. –, mantendo os vínculos de vizinhança; após a instituição da fábrica a casa deixou de ter centralidade para a classe trabalhadora (RYBCZYNSKI, 1996 apud NALIN, 2013. p. 54).

Gradativamente, a sociedade foi tendo alterações, conforme as novas configurações que a industrialização submetia. Primeiro, o homem saiu de casa para trabalhar, depois a mulher, e logo os filhos, pois havia a necessidade cada vez mais dos membros da casa auxiliar a compor o salário. As crianças não recebiam salário, mas aumentavam a quantidade de produção dos pais e é por isso que Engels (1979) os denominou de proletários, pois a prole também ia trabalhar nas fábricas.

A Constituição Federal, como citada anteriormente, é um pilar essencial na garantia de direitos à cidade e moradia, por meio da Emenda n.º 26, de 14 de fevereiro de 2000, ratificada pelo Estatuto da Cidade em 2001, é consagrada a moradia como um direito social, cujo artigo 6º aborda o seguinte texto: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a moradia, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Ao mesmo tempo que a moradia era um direito do cidadão e dever do Estado, o cenário nacional brasileiro mostrou-se pouco voltado para a solução da problemática habitacional até meados da década de 30, pois cerca de 90% dos trabalhadores urbanos eram moradores de aluguel e apenas 19% eram proprietários de seus imóveis. Até a classe média estava inserida, pois não havia linha de créditos de financiamento que facilitassem a compra de imóveis ou terrenos, seja em áreas centrais ou periféricas, com exceção dos proprietários de terras que tinham condições de construir em seus próprios terrenos. (BONDUK, 2011, apud NALIN, 2013, p 66-67).

A falta de acesso à terra e imóvel deve-se entre outros motivos, aos baixos salários, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa, por meio do salário mínimo, o subsídio das necessidades dos trabalhadores urbanos, mas a realidade era outra, pois os ganhos dos trabalhadores assalariados não sanavam as condições mínimas para que fossem atendidas suas necessidades essenciais, fazendo o Estado criar programas e planos de habitação popular.

A iniciativa privada visava atender especialmente à classe operária, pois essa

classe rendia investimentos através dos aluguéis e recebia recursos estatais para a construção de unidades habitacionais denominadas cortiços, localizadas nas áreas centrais, com o intuito de facilitar o acesso ao trabalho.

Na era Vargas (1930-1945), a habitação passou a ser vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e como fator econômico estratégico para a industrialização do país, “pois se tratava de um elemento importante na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do ‘homem novo’ e do ‘trabalhador-padrão’ que o regime queria forjar, sendo esta sua principal base de sustentação política” (BONDUKI, 2011, apud NALIN, 2013, p.68).

O governo passa a tratar a moradia como um “problema social” e, dessa forma, congela os aluguéis por meio da Lei do Inquilinato em 1942, essa solução, diminuiu a agitação do movimento dos trabalhadores de um lado, mas do outro o mercado imobiliário reduziu a oferta de moradias. Após foi colocada em prática a Lei federal n.º 58 de 1937 que regulamentava o loteamento de terrenos periféricos.

Com a deposição de Vargas, o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) aprovou a Fundação da Casa Popular, sob a Lei n.º 9.218, de 10 de maio de 1946. Essa fundação estava voltada unicamente para o fornecimento de habitações às populações de menor poder aquisitivo. Porém, a Fundação da Casa Popular (FCP) passou a atuar em áreas complementares.

No governo de Jânio Quadros formou-se o Plano de Assistência Habitacional que deveria fortalecer a FCP e o Instituto Brasileiro de Habitação (IBH), precursor do Banco Nacional da Habitação (BNH) e, em 1964, a FCP foi eliminada pelo regime militar por ser declarada um antro de corruptos incompetentes.

Nesse mesmo ano, já no comando de Castelo Branco, é lançado o Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco (PAEG), com ênfase ao problema habitacional, também é criado o BNH, o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. O BNH tinha como função ser o órgão gestor do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) destinado a promover a construção e a aquisição de casa própria, em especial para pessoas de baixa renda.

Na década de 70, o BNH passa a investir em habitações de alto e médio custo, deixando de lado seu objetivo principal que era atender as camadas mais populares. Esse processo foi executado para sanar financeiramente o Banco e as COHABs. Muitos programas habitacionais foram paralisados nessa década devido aos altos índices de inadimplência.

A partir do presidente João Figueiredo (1979-1985), o país ingressou em um processo inflacionário que o conduziu a uma recessão histórica. O governo passou a adotar uma política contra a crise recessiva a fim de diminuir o processo inflacionário, o período foi marcado pela pauperização do trabalhador brasileiro, o arrocho salarial e o aumento do índice de desemprego.

No governo de José Sarney (1985-1990) o BNH, enfrentou uma grande crise e foi eliminado, a partir daí, suas atribuições foram transferidas para a CAIXA, que não tinha como foco principal a habitação de interesse social.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento da habitação de interesse social foi repassado para os estados e municípios, mas a maioria dos municípios brasileiros não dispunha de estrutura para dar conta das diferentes políticas públicas. Então, quando o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência, após *impeachment* do presidente Collor, foram lançados dois programas habitacionais, chamados Habitar Brasil e o Morar Município, ambos tinham o propósito de financiar moradias para a população de baixa renda, sob regime de ajuda mútua. Porém, muitos municípios não conseguiram captar os recursos disponibilizados.

De acordo com o Ministério das Cidades (2010) entre 1995 e 2003, 78,84% dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a cinco salários mínimos, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda, até três salários mínimos, em que se encontra 83,2% do *deficit* quantitativo habitacional. Ou seja, a população que deveria ter prioridade acabou sendo a que menos recebeu recursos. Houve certa conformação da política de habitação de interesse social.

No governo de Lula, foi lançada a Política Nacional de Habitação (PNH), essa política representa o principal instrumento de estratégias e movimentos sociais. O Sistema Nacional de Habitação (SNH) é o principal instrumento da PNH. Ele estabelece as bases do desenho institucional e prevê a integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão habitacional, bem como define regras que asseguram a articulação financeira de recursos onerosos e não onerosos necessários à implantação da PNH.

O SNH surgiu como um projeto de iniciativa popular, em busca de uma ação propositiva em torno da moradia, sendo aprovado pelo Senado Federal em 24 de maio de 2005. Apesar da aprovação, houve várias alterações na proposta original. Esse Sistema divide-se em Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

(SNHIS) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que diferenciam-se nas fontes de recursos e as formas de financiamento. O SNHIS, por sua vez, criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS. As fontes de recursos do FNHIS destinados aos programas habitacionais de interesse social estão descritos no artigo 8º da Lei n.º 11.124/200559.

Junto à PNHIS, no segundo governo do presidente Lula, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que prevê os seguintes eixos de acordo com O Ministério das Cidades, 2008: Transporte, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água e Luz para Todos. Além desses, há também o eixo de Apoio à Elaboração de Planos de Habitação de Interesse Social.

Com recursos do PAC foi instituído o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), este tornando-se o carro-chefe da PHIS em nível nacional. De acordo com o relatório de gestão do FNHIS referente a 2009, o PMCMV passou a concentrar e priorizar a aplicação de recursos para provisão habitacional, enquanto o FNHIS passou a concentrar investimentos em urbanização de assentamentos precários.

O PMCMV está voltado à formação de programas e subprogramas na esteira do direito à moradia, conciliado ao direito à cidade e ao ambiente, compreende o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

As unidades habitacionais previstas no Programa estão limitadas em 500 unidades para cada empreendimento, podendo ser casas ou apartamentos, com média de 40m². O custo médio das unidades habitacionais (casas) varia entre R\$ 37.000,00 a R\$ 46.000,00 e apartamentos entre R\$ 41.000,00 a R\$ 52.000,00. O valor por unidade habitacional, a partir do final de 2012, está sendo reavaliado, variando de acordo com a região, sendo que nas capitais e arredores sobe consideravelmente, em razão do custo do solo urbano (BRASIL, 2011, apud NALIN, 2013, p. 86).

A demanda é cadastrada pelos governos estaduais e municipais, a qual deverá ser incluída no Cadastro Único (CadÚnico⁵) e, após, avaliada pela CAIXA ou pelo agente financeiro que está operacionalizando os recursos. Há algumas prioridades para a população que busca o programa como cotas para idosos,

⁵ CadÚnico é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias. Disponível em: www.caixa.gov.br

deficientes e mulheres chefe de família.

Há domicílios vazios ou fechados pertencentes ao Estado e a segmentos de maior poder aquisitivo que apresentam péssimas condições de conservação. Essa condição representa uma grande afronta para a população de menor renda e para os movimentos sociais que lutam por moradia digna no país, ou seja, o problema de *deficit* habitacional no Brasil concentra-se em um problema social. Diante desse problema, mais uma vez, retoma-se história de concentração de riqueza e renda no país por determinada classe social, pois o direito à propriedade privada se sobrepõe ao direito social da terra e da moradia.

O modelo de financiamento habitacional no Brasil, a partir de 1966, baseou-se em dois instrumentos de captura de poupanças: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, os recursos do FGTS são destinados ao investimento habitacional para o atendimento da população de baixa renda e também para investimentos em saneamento ambiental.

Houve, em 1994, no Plano Real, segundo o IPEA (2010), uma melhora nas condições de renda da população, o salário mínimo quase triplicou em termos reais, aumentando significativamente o poder aquisitivo dos trabalhadores de mais baixa renda. O instituto indica ainda que entre 1995 e 2008, 12,8 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza e, no caso da pobreza extrema, o contingente que deixou essa condição no mesmo período foi de 12,1 milhões de pessoas, mas a desigualdade social ainda vigora.

No ano de 2004, foi criado o Programa Crédito Solidário voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda organizadas em cooperativas ou associações, com o intuito de produção e aquisição de novas moradias ou conclusão e reformas de moradias existentes mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário. Este programa passou a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), criado em 1993.

Os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) destinados ao PMCMV financiam empréstimos habitacionais feitos às famílias com renda de até três salários mínimos. Os referidos recursos são geridos pelo Ministério das Cidades e operacionalizados pela CAIXA, e consistem em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento constituído por apartamentos ou casas que depois de concluídos são alienados às famílias. Diante da situação do Programa de

Reassentamento, se faz indispensável devido a exigência de deslocamento de famílias em situação de risco.

O Programa de Regularização Fundiária atua nas ocupações irregulares consolidadas sobre áreas públicas e privadas, tendo por objetivo garantir a permanência e a qualidade de vida das famílias no local que ali se encontram, respeitando as características das comunidades, legalizando a situação fundiária, respeitando os padrões e as especificidades do próprio local e promovendo a ordenação urbanística do assentamento através da articulação do conjunto de serviços públicos e comunitários.

Porém, de acordo com Maricato (2012 apud NALIN, 2013, p. 123) o montante de recursos investidos em programas de regularização fundiária urbana não condiz com os resultados esperados. Os efeitos nas condições reais de vida dessa população ainda não se vislumbram e a segurança da posse, via título de propriedade da terra oficialmente registrado, se materializou para um número reduzido de beneficiários dos programas em todo o Brasil.

Na próxima subseção será discutido o serviço social na Política Habitacional.

3.2 O Serviço Social na Política Habitacional

Conforme Iamamoto (2001), a presença de profissionais assistentes sociais na PHIS é fundamental para a garantia de direitos. A autora ainda discute que o Serviço Social “[...] é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora”. (IAMAMOTO, 2001, p.67)

As políticas públicas são instrumentais do trabalho e representam espaços sócio ocupacionais para os assistentes sociais, mas para superar as inúmeras contradições precisam de competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa dos profissionais envolvidos, além de uma rigorosa capacidade de mediação frente à correlação de forças existentes nas instituições que ainda insistem em não garantir direitos, e sim, manter velhas práticas assistencialistas.

A atuação do Serviço Social na política habitacional está ligada ao trabalho comunitário, com foco na participação e organização comunitária, a qual inicia em seguida à formação da profissão no Brasil, com as primeiras escolas nos meados da década de 1930.

A preocupação do Serviço Social, segundo Souza (1993), era de reconstruir

as comunidades urbanas que se “desestruturaram” com os novos modos de produção capitalista, mais especificamente com a revolução urbano-industrial, que exigia muitas horas de trabalho nas fábricas, mas sem a contrapartida financeira, ou seja, com baixos salários.

Assim, os assistentes sociais centravam o trabalho na organização com base na abordagem de Caso, Grupo e Comunidade, sendo que a atuação do Serviço Social na política habitacional fazia uso principalmente do Desenvolvimento de Comunidade.

Mediando a relação entre a população desfavorecida e o Estado, o Serviço Social esteve presente desde a década de 1940 nos programas direcionados a favelas, em vista do aumento destas por meio do avanço do processo de urbanização/industrialização. As favelas cresciam como alternativa de sobrevivência para aqueles que, mesmo estando inseridos no mercado formal de trabalho, recebiam salários insuficientes para suprir suas necessidades básicas (GOMES; PELEGRINO, 2005).

O papel do assistente social, nessa época, era de acompanhamento aos moradores das favelas, fazendo uma intervenção educativa, partindo da ideia que o morador não sabia administrar sua casa, como pagar contas, convivência com vizinhos, organização do ambiente ao redor, etc. Indo mais além para que esses fossem empoderados na criação de associações de moradores, centros comunitários, por exemplo. Isso ocorreu progressivamente, a partir dos programas destinados à população de baixa renda, como Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), Programa João de Barro, entre outros. Nesse sentido, de acordo com Souza (1993)

O Movimento de Reconceituação teve uma grande contribuição dos assistentes sociais ligados ao trabalho comunitário, tendo em vista que a equipe era formada especialmente por assistentes sociais e conhecia os problemas enfrentados pela população que morava em morros e favelas (SOUZA, 1993).

Conferências internacionais e nacionais influenciaram os assistentes sociais à participação no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e no Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR), na década de 80, além de assessorar diversos movimentos locais, por meio de organizações não governamentais, somando-se a outras categorias profissionais e movimentos sociais na defesa à moradia digna e aos recursos da cidade.

Os assistentes sociais que atuavam na política habitacional passaram a se “opor ao modelo de remoção” e no foco do trabalho social foi incluída a negociação com as famílias para a desocupação de áreas consideradas impróprias para moradia, bem como foi acrescida a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda, além de projetos de educação ambiental. (PAZ; TABOADA, 2010, apud NALIN 2013, p. 143).

Com base no Programa Habitar Brasil, o Ministério das Cidades define a indispensabilidade do trabalho social nos programas habitacionais, inclusive para os programas de saneamento ambiental integrado.

Na Política Nacional de Habitação e Interesse Social, os profissionais do Serviço Social inserem-se, entre outras ações, nos programas de Reassentamento, Regularização Urbanística e Fundiária e no Programa Minha Casa Minha Vida. Tais programas são desenvolvidos por equipes multidisciplinares, as quais compõem a estrutura organizacional das instituições.

Ressalta-se a importância da presença dos profissionais nos Conselhos e Movimentos Sociais, tanto Conselho Municipal de Assistência Social como Conselho de Habitação Interesse Social, para que seja possível socializar, obter informações e desmistificar possíveis armadilhas que se apresentam nos conselhos.

No caso do PMCMV, fica a cargo do Serviço Social o desenvolvimento do trabalho social, ou seja, a preparação das famílias para a mudança e acompanhamento pós-ocupação. O Serviço Social recebe as demandas por meio de solicitações dos estados ou municípios, os quais buscam informações e orientações quanto à inclusão em determinado programa ou ação. Trata-se de atender principalmente outros órgãos públicos e mesmo cooperativas ou construtoras interessadas nos programas existentes. O atendimento direto aos pretendentes de moradia não representa um grande volume de trabalho.

A demanda exige atuação multiprofissional, mas o Serviço Social é a porta de entrada, desde o atendimento no plantão social até a coleta de informações junto aos sujeitos e famílias inclusos em programas ou projetos habitacionais. Para o atendimento adequado a essas demandas, exige-se que os profissionais se qualifiquem e se apropriem dos espaços.

A ausência de moradia digna compõe uma das expressões que define as desigualdades da sociedade, ou seja, a questão social. Segundo Iamamoto (2001), a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intervenção do

Estado. Ela tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.

Por isso, o profissional precisa entender qual é seu objeto de intervenção, estar ciente de qual é sua atribuição e qual a questão social que o local de trabalho apresenta, mas cotidianamente, são pressionados a atender as demandas institucionais e da população numa perspectiva completamente oposta, dificultando o reconhecimento do próprio objeto profissional. Conforme Baptista (2000)

[...] a (re) construção do objeto da ação profissional é um processo que envolve operacionalização das demandas institucionais, das pressões dos usuários e das decisões profissionais. Uma vez que a intervenção e o planejamento da ação do profissional se realizam primordialmente nas instituições e o planejamento da ação profissional se realiza primordialmente nas instituições, é a demanda institucional o ponto de partida e o ponto de referência para a construção e para o planejamento da intervenção. Isso não implica a redução da decisão e da ação aos limites institucionais, mas o reconhecimento de que essa demanda pode potencializar a abertura de novos espaços para o enfrentamento concreto da questão a ser trabalhada (BAPTISTA, 2000, p. 32).

O objeto, portanto, é a questão social que incide no trabalho do assistente social, compreende os rebatimentos de suas múltiplas expressões e a materialidade das relações sociais na vida dos seres em sociedade. Assim, o profissional assistente social ao observar a cidade vê além de prédios e casas, carros ou comércios, vê também gente que constrói seu *habitat* ou é impedida de fazê-lo.

3.3 Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria

Na cidade de Santa Maria, a história da Política Habitacional não foge muito do que já foi exposto, já que os programas não são exclusivos do município. A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, órgão que trata das Políticas habitacionais, foi criada através do Projeto de Reestruturação Administrativa, Projeto de Lei Nº 7359 de Abril de 2010, ou seja, conforme as trocas administrativas, as suas áreas de atuação foram sendo alteradas. Após ser extinta, por meio do Decreto Executivo nº 065, de 1º de Junho de 2009, foi instituída, porém com nova denominação: Secretaria de Município da Infra estrutura, Habitação e Serviços. Conforme Decreto Executivo Nº 075 de mesma data, é regulamentada a estrutura, organização e funcionamento da Secretaria como agente do Sistema de

Administração Pública Municipal.

Na reforma de 2013, a secretaria de habitação passa a ser regida pelo decreto de Lei nº 087 que regulamenta a estrutura, organização e funcionamento da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, em conformidade com a Lei Municipal nº 5189/09, de 30 de abril de 2009, e alterações, em especial a Lei Nº 5769, de 27 de junho de 2013 e a Lei Municipal nº 5769/2013, de 27 de junho de 2013, e o Decreto Executivo nº 74, de 26 de julho de 2013.

Atualmente, a secretaria encontra-se no modelo da última lei citada e apresenta em seu quadro de funcionários Cargos de Confiança de entidades políticas e funcionários nomeados através de concurso público. O cargo máximo é o de Secretário de Município, seguido de Secretário Adjunto, Chefe de Gabinete, Assessorias, Superintendência de Programas Habitacionais, Coordenadoria Setorial, Superintendência do PAC, Coordenadoria de Regularização Fundiária, Gerência de Projetos e Gerente Administrativo Setorial. é formada por Engenheiro, Arquiteto, Advogado, Assistente Social e Estagiários nas áreas de Serviço Social e Engenharia. A secretaria tem como objetivos fortalecer a política pública de comunicação da Administração Municipal; Desenvolver programas e projetos que promovam cidadania, direitos humanos, inclusão social, diversidade e sustentabilidade; Estimular o diálogo e a convergência de ações entre Sociedade Organizada e Poder Público. Dentre esses objetivos, o principal é possuir a orientação e execução de políticas públicas relativas à habitação, bem como erradicar a ocupação em áreas de risco, áreas de preservação permanente e áreas insalubres do município.

A SMHRFSM concede, através de programas de interesse social ou específico, a pessoas em vulnerabilidade social, moradias dignas na tentativa de resgatar assim a cidadania por direito da população beneficiária. Além disso, há como funções o gerenciamento da política habitacional do município, com a elaboração e o acompanhamento de projetos, tanto do ponto de vista da engenharia e arquitetura como do aspecto social, e a fiscalização das áreas loteadas irregularmente. São executadas vistorias para averiguar a situação do lote, sendo possível realizar requerimentos de certidão de abertura de vala e certidão de número oficial para fins de ligação de água através da rede de saneamento básico do município, além de obviamente desenvolver os PAC e PMCMV.

Outra tarefa desenvolvida é a coordenação e o acompanhamento do trabalho

social, o apoio à consolidação dos projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais construídos no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia.

O perfil da população usuária da cidade que acessa o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) é constituído por uma população que possui renda familiar de 0 a 3 salários mínimos, moradores de área de risco e lugares insalubres, e famílias moradores de rota de obra da prefeitura municipal. Muitas pessoas que procuram a Secretária Municipal de Habitação e Regularização Fundiária estão em situação de vulnerabilidade social.

O PAC compõe 4 loteamentos na cidade, dentre eles, o Loteamento Cipriano da Rocha (local onde a acadêmica atuou como estagiária e executou o projeto de intervenção) que é formado por 543 unidades habitacionais e localiza-se no Bairro Parque Pinheiro Machado. Suas primeiras entregas iniciaram em 2009 e as últimas unidades foram entregues em 2010. Os moradores deste loteamento inicialmente passaram por um cadastro e, após, foi realizado um sorteio.

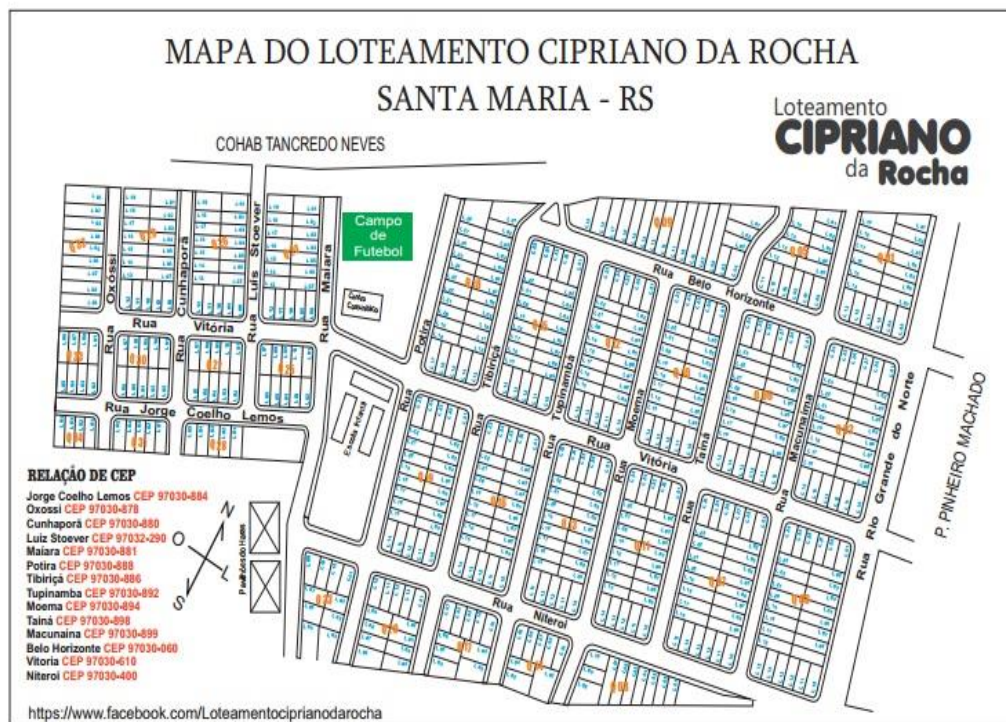


Figura 1 - Mapa do loteamento Cipriano da Rocha

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho capitalista. Exerce, pois, seu fazer profissional no contexto da contradição de luta das classes fundamentais; burguesia e proletariados. Nesse espaço sócio-

ocupacional, o assistente social participa do processo de reprodução das relações sociais, fazendo com que a mesma ação interventiva atenda aos interesses das duas classes sociais.

Cabe ao assistente social estar capacitado e atento à realidade para poder antecipar novas demandas, garantindo a sua inserção e permanência no mercado de trabalho sem perder de vista os princípios da ética profissional e a perspectiva da transformação da ordem social vigente.

O assistente social ao se inserir na divisão social e técnica do trabalho coletivo torna-se, conforme Iamamoto (2001), responsável por uma utilidade social que permite ao profissional vender sua força de trabalho numa relação mercantilizada e, portanto, assalariada. Não se pretende com isso defender a tese do Serviço Social como trabalho, apenas destacar a sua utilidade enquanto espaço sócio-ocupacional.

A legitimação do Serviço Social enquanto profissão se dá pela ocupação de um espaço sócio-ocupacional garantido pela ampliação dos serviços prestados, principalmente pelo Estado, maior órgão empregador da categoria e, em seguida, pelas empresas privadas, no enfrentamento e nas respostas às expressões da questão social. Segundo Iamamoto (2001), a demanda da ação profissional do assistente social não deriva dos trabalhadores, daqueles a quem se destina a sua intervenção, mas sim do patronato, colaborando dessa forma para sua legitimação.

Por ser uma profissão liberal lhe é facultada legalmente a existência de Código de Ética, enquanto instrumento de orientação ético-política para a categoria. Essa característica permite à profissão uma dinamicidade na sua intervenção, dada à liberdade, ainda que relativa, no exercício de suas funções institucionais.

A profissão ainda é caracterizada pela relação estabelecida no contato direto com o usuário, que se configura num espaço de atuação técnica com distintas possibilidades de intervenção e, conseqüentemente, de reorientação do exercício profissional diante da função atribuída pela instituição empregadora. Outra característica definida pela autora é a “indefinição ou fluidez” do que é e do que faz o Serviço Social. Para ela, esta indefinição permite ao assistente social a possibilidade de ampliação dos espaços e da autonomia de atuação, podendo inclusive superar as demandas institucionais, além de que o mesmo se afirma como profissional capacitado e necessário para instituição, resultante desta visão totalizadora da realidade que o cerca.

Ao compreendermos que o Serviço Social é uma profissão historicamente constituída, percebemos também que ela é mutável e, portanto, suas determinações estão dadas na realidade. Sendo assim, o aprofundamento das expressões da questão social tem colocado novas demandas para o Serviço Social e, conseqüentemente, novos espaços sócio ocupacionais estão surgindo.

Estes espaços já são pré-definidos pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662 de 7 de junho de 1993) que prevê em seu artigo 4º o exercício profissional do assistente social em “entidades e organizações populares”, “em órgãos de administração pública direta e indireta”, “aos movimentos sociais” e “outras entidades”.

No entanto, é preciso ainda entender e analisar esses novos espaços, a sua representatividade, suas condições de trabalho, os interesses que permeiam a reprodução das relações sociais e até mesmo de que forma esses novos espaços oportunizam um exercício profissional tendo em vista o Código de Ética da Profissão. Este preconiza a liberdade como valor ético central e o compromisso com autonomia e valores emancipatórios dos indivíduos. A própria compreensão da função do assistente social nesses novos espaços já se configura como um desafio para a profissão, de forma que os mesmos sejam conscientemente ocupados e sirvam de instrumentos de consolidação dos princípios da ética profissional e de superação da ordem social do capital.

A efetivação do trabalho do assistente social na área da habitação tem uma direção social que se vincula na defesa do direito à moradia digna. Sua atuação é junto às comunidades inclusas em programas vinculados à política, bem como as ações do poder público.

Os (as) profissionais de Serviço Social estão inseridos (as) “[...] na divisão sociotécnica do trabalho, que tem na questão social sua vinculação à realidade social [...]” (COUTO; PERUZO, 1999 apud NALIN 2013, p. 146). Assim, há uma análise do Serviço Social, na área da habitação, no processo de produção e reprodução das relações sociais, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador, criando uma associação com o sujeito.

É importante ter em mente que o trabalho, as manifestações da questão social e o Estado e, com ele, as políticas públicas fazem parte do conjunto de fundamentos que compõem a formação do assistente social a partir das novas

diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Através de instrumentais como abordagem, acolhimento, olhar e escuta atentos, entrevista, visita domiciliar entre outras técnicas, o profissional assistente social tem como objetivo, em seu trabalho na habitação, a garantia à moradia digna do sujeito.

O atendimento à população usuária divide-se basicamente em quatro momentos: acesso do grupo familiar ao serviço; Identificação da família, grupo ou indivíduo; Acompanhamento (Garantir o cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas e zelar pela efetividade do atendimento prestado); e Desligamento da família (conclusão do acompanhamento avaliando a capacidade de enfrentamento e a administração da crise/ conflitos por parte da família).

Dentre os instrumentais, o principal, percebido pela estagiária, é a entrevista, em que é o momento em que ocorre o estabelecimento de um diálogo entre sujeito e profissional, que vai desvendando o real, momento em que o profissional terá a possibilidade de analisar fatos e absorver o maior número de informações possíveis.

A entrevista é um instrumento utilizado quando há interesse de desenvolver um trabalho em que é necessário: priorizar um atendimento individual e aprofundar um determinado conhecimento da realidade humano-social. É uma técnica utilizada pelos profissionais do Serviço Social junto aos usuários para levantamento e registro de informações. Essa técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos e colaborar no diagnóstico social. A entrevista é um instrumento de trabalho do assistente social e, através dela, é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações (LEWGOY, 2007).

Já a visita domiciliar é um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade. Tem ainda, como ponto de referência, a garantia de seus direitos (por meio dos serviços que lhe são levados) exercendo um papel educativo e de reflexão sobre a realidade social em que o usuário vive, colocando o saber técnico a disposição do usuário.

É preciso observar os seguintes aspectos: apresentar a visita de maneira simpática e não como um inquérito policial, a cordialidade é fundamental; Observar o

ambiente naturalmente, sem forçar situações; Cuidado no caso de visitas repetidas para que o contato profissional não degenera em familiaridade. Além disso, segundo Amaro (2003), a visita domiciliar é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar.

A finalidade da visita domiciliar é específica, guiada por um planejamento ou roteiro preliminar. As visitas domiciliares têm a finalidade de fazer acompanhamentos relacionados às condições de moradia, saúde, a fim de elaborar o relatório de visita domiciliar e emissão de parecer social.

O entendimento da prática profissional sem dúvida é de suma importância para o(a) acadêmico(a), pois auxilia na compreensão da jornada do assistente social na instituição. A seguir, será explicitado o relato de experiência como estagiária na Secretaria de Habitação e como se deu o trabalho com as famílias do Loteamento Cipriano da Rocha.

Durante o estágio na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, foram desenvolvidas competências necessárias que um profissional deve adquirir para uma adequada condução do processo de ensino/aprendizagem. Foi construída uma proposta de intervenção baseada na educação ambiental, tendo em vista a problemática estudada no sétimo semestre, na disciplina de Planejamento e Gestão Social II, referente ao serviço social e o meio ambiente, tendo como público alvo os moradores do Loteamento Cipriano da Rocha a fim de trazê-los a consciência da importância de seu papel junto ao meio em que os cerca.

Fizeram-se algumas possíveis propostas para o desenvolvimento da ideia da relação entre meio ambiente e Serviço Social, partindo do princípio geral da inclusão da variável ambiental nas políticas e intervenções sociais, reconhecendo que os recursos socioambientais são limitados e, por tanto, fazer com que a comunidade se conscientize dessa realidade.

Garantindo o equilíbrio entre a dimensão sociopolítica e ecológica em cada uma das intervenções sociais, encaminhou-se para uma sociedade sustentável, oferecendo também a participação ativa da população beneficiada, ou seja, aquela com a qual intervimos diretamente e desenvolvemos um conceito mais amplo de justiça social que incorporasse o equilíbrio ecológico como um meio para obter a equidade social.

A questão ambiental é um tema ainda pouco explorado na área do Serviço

Social, mas acredita-se que seja de extrema importância, pois é o olhar crítico propositivo do assistente social que poderá fazer a diferença na comunidade. Assim como o estágio proporcionou essa crítica reflexiva à estudante, esse poderá trazer ao profissional uma reflexão mais abrangente e consistente.

Superar as dificuldades encontradas durante a realização do estágio depende não somente de uma autonomia do estagiário, mas também de um suporte da instituição e do profissional supervisor de campo.

Diante disso, o estágio prático contribuiu não somente para meu crescimento profissional, mas também para o crescimento acadêmico e pessoal, pois, tive a oportunidade de vivenciar diretamente situações do cotidiano na profissão. Assim, portanto, pude unir o que aprendi em aula com a prática, clarificando a teoria, o que é muito importante para a formação completa do profissional de Serviço Social.

O projeto de intervenção que embasou este trabalho teve seu início em 2014, através do estágio I junto à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Foi possível obter conhecimento dos programas habitacionais e da execução dos mesmos, onde observou-se em visitas domiciliares nos loteamentos do município, mais em específico no Loteamento Cipriano da Rocha, que os moradores desse local, após a entrega das casas não obtiveram um acompanhamento necessário dos profissionais assistentes sociais.

Devido ao excesso de demanda dos profissionais, os moradores do Loteamento ficaram a mercê de suas próprias decisões e apesar da dificuldade com que se depararam foram muito organizados, pois criaram uma associação comunitária com representantes.

Por não ter no projeto de construção das casas, nenhum modelo de lixeira, pois consta no Código de Posturas da cidade de Santa Maria que depende de cada morador instalar o seu próprio suporte para apresentação do resíduo à coleta, percebe-se que há um *déficit* de um olhar mais rebuscado para esses moradores, pois a população a ser atendida por esse programa é advinda de diversas realidades em que muitos não possuem poder aquisitivo para tal aquisição.

Mesmo que fossem confeccionados artesanalmente, com materiais recicláveis, por exemplo, muitos moradores não possuem uma cultura ambiental, resultando assim, em um ambiente com lixo nas ruas, objetos e móveis jogados em áreas verdes, sem ter o seu destino correto. Além disso, há moradores que atuam na área de reciclagem e estes, na falta de espaço, utilizam o próprio terreno da casa

e o entorno (no espaço público) para armazenar seus materiais.

Diante disso, fizeram-se algumas tentativas de propostas para o desenvolvimento da ideia de meio ambiente e Serviço Social, partindo do princípio geral da inclusão da variável ambiental nas políticas e intervenções sociais, reconhecendo que os recursos socioambientais são limitados e, portanto, fazendo com que a comunidade se conscientize dessa realidade.

A priori o projeto tinha como objetivo trazer a consciência da importância da preservação do meio ambiente e a responsabilidade de cada indivíduo frente à questão ambiental, bem como, através de uma parceria, instalar lixeiras comunitárias em pontos específicos do Loteamento. Esse trabalho seria feito em conjunto com a Secretaria de Habitação, Secretaria do Meio Ambiente, a empresa atual responsável pela coleta de lixo contratada pela Prefeitura da cidade e os representantes da comunidade.

Após reuniões com o presidente da associação e representantes, realizou-se uma sondagem através de um questionário socioambiental com os moradores, para assim conhecer suas realidades e o que entendem sobre o assunto. Também foram realizadas reuniões com profissionais da Secretaria do Meio Ambiente para obtenção de parceria e aquisição das lixeiras comunitárias e ter um contato com a empresa de coleta de lixo.

Posteriormente a todos os diálogos, reuniões, acordos e consensos não foi possível elaborar um dos objetivos do projeto. Segundo profissionais da Secretaria do Meio Ambiente, as lixeiras comunitárias são utilizadas somente para localidades onde não há acesso ao caminhão de coleta de lixo, o que não ocorre no Loteamento Cipriano da Rocha.

Como projeto alternativo, o “Plano B”, havia a ideia de confecção de lixeiras sustentáveis junto à comunidade, fazendo assim com que os moradores sentissem participantes da melhoria do bairro, tendo o efeito de maior respeito na conservação do ambiente e lixeiras, mas devido ao tempo do estágio, não seria possível captar material reciclável e executar essa proposta.

Em vista dessa realidade, buscou-se então focar na educação ambiental, não somente pelos percalços encontrados no decorrer do estágio, mas também pelas reuniões com os líderes da comunidade que estão mais cientes da realidade dos moradores e enfatizaram a importância dessa educação.

Além da visão dos representantes, pós-análise dos questionários

socioambientais efetuados no loteamento, percebeu-se que os moradores não possuíam conhecimento do seu papel frente ao meio ambiente. A Educação Ambiental nasce, então, como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, o que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Durante a execução do projeto, foi possível participar do sorteio de mais moradias de um Loteamento que está em fase de construção, chamado Leonel Brizola, localizado no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon. Foi gratificante participar de uma etapa tão importante para pessoas que buscam a sua casa própria, foi também importante participar desse processo para apreensão maior do conhecimento dos programas.

Dias após o sorteio, ocorreram ações de conscientização na Secretaria do Meio Ambiente, devido ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de Junho), uma dessas ações seria o plantio de árvores no Loteamento Cipriano da Rocha, no final do mês vigente. Então, houve a proposta por parte da Chefe de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente para uma parceria com o projeto, para isso, seria alterada para um trabalho conjunto, ou seja, o plantio das árvores unido a educação ambiental do projeto, mas por problemas maiores não foi possível fazer esse plantio nesse período. De acordo com a profissional, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) estava em auditoria com a Secretaria do Meio Ambiente e por isso estavam focados em respondê-los o mais rápido possível.

Essa situação fez com que retornasse para o foco de pelo menos haver a educação ambiental por meio de palestras. Dessa forma, buscou-se um profissional ou estudante da Engenharia ambiental, que é mais capacitado para abordar questões específicas ao Meio Ambiente e também a representante da Associação de Reciclagem Seletivo Esperança (ARSELE), para orientar as famílias que trabalham com reciclagem. Após contato com as duas e do presidente da associação para agendar o salão comunitário, ficou acordado que no dia 18 de Julho fosse construída essa palestra.

Ao iniciar o Estágio II, o primeiro passo foi conversar com a supervisora de

campo sobre ideias e orientações de como executar o projeto. Esses diálogos foram muito espaçados, pois me deparei com dificuldade de chegar até a profissional. O andamento do trabalho na Secretaria era muito inconstante, havia períodos nos quais as visitas domiciliares e entrevistas, por exemplo, eram mais constantes e em outros períodos havia uma lacuna de tempo disponível que não era bem aproveitada.

O projeto, teoricamente, foi notável e utópico, mas quando se depara com as adversidades na prática, não foi uma tarefa fácil a ser realizada. Primeiramente, em função da dificuldade de adaptação, segundo pelas dificuldades encontradas em um setor público, que na minha visão é um órgão burocrático, e terceiro pela própria limitação, de uma falta de atitude, não por descaso, mas por muitas vezes sentir-se de “mãos atadas”.



Figura 2 – Creche/escola abandonada que atenderia a comunidade.

A cada pequena conquista, seja diálogo com a supervisora de campo, seja contatos profissionais da área do meio ambiente ou entendimento de como a comunidade estava organizada, ocorria uma desmotivação por não conseguir dar continuidade ao trabalho. Havia uma espera grandiosa por respostas de profissionais, havia dificuldade até mesmo de conseguir um contato com os mesmos e isso, ligado à insistência nas ligações, entre outras tarefas foi um desânimo.

Mas apesar das barreiras, foi possível visualizar que a movimentação pela

busca da execução do projeto, para o assistente social, tem caráter interventivo, ou seja, executar parte da teoria foi o que mais fez perseverar, pois não é o projeto em si, mas o benefício que esse projeto poderá trazer à comunidade, não de maneira assistencialista, mas de forma a trazer a consciência aos moradores para que alcancem a garantia de direitos.

Obviamente, nem tudo é negativo na instituição. Os programas funcionam, atendem realmente os sujeitos em situação de vulnerabilidade, há profissionais engajados e comprometidos a exercer seu trabalho de forma ética. São nessas assertivas que acredito ser necessário se apoiar, principalmente pela vivência com essa população em específico, que se apresenta de maneira muito bem organizada apesar da realidade em que se encontra. Um exemplo é a mobilização da associação feita em parceria com a Prefeitura, onde realizaram o dia do “bota-fora”, nesse dia foi possível limpar as moradias e terrenos que possuíam toda a espécie de lixo e entulho, evitando assim acúmulo de sujeira.



Figura 3 – Exemplo de casa em que o morador trabalha com reciclagem, onde o material que será reutilizado mistura-se com entulho em torno do terreno e invade calçada e rua.



Figura 4 – Dia do “bota-fora”.

Por fim, limites, acertos, erros, possibilidades, profissionais facilitadores ou não, são encontrados em inúmeras instituições, cabe ao futuro profissional não se conformar, não se institucionalizar e absorver dessas experiências apenas ao que compete à profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intuito instigar e aprofundar o conhecimento sobre essa área da educação ambiental de pouca discussão no meio acadêmico, como um todo na profissão.

Houve dificuldade de encontrar bibliografia justamente por ser uma área ainda pouco debatida, mas foi possível uma maior assimilação da interligação entre meio ambiente, serviço social, política habitacional e programas, através do referencial teórico revisado. Isso possibilitou a nitidez no decorrer do trabalho em que se discorre sobre o entendimento de meio ambiente, sua ligação com a ecologia, a saúde, o meio urbano, acrescentando a legitimidade que a Constituição traz.

A educação ambiental também aparece mais clarificada na associação com a atribuição do assistente social, no qual este tem o papel de usar os instrumentos na mediação com os sujeitos, fazendo com que os moradores dos loteamentos sejam compreendidos na sua totalidade histórica e garantindo que sejam orientados sobre seus papéis na sociedade. Além disso, faz com que eles tenham propriedade do dever que cada cidadão precisa possuir sobre a conscientização da preservação do meio em que vive.

Visitas domiciliares e entrevistas em caráter investigativo foram feitas com o objetivo de buscar compreender o que os moradores entendem sobre meio ambiente. Buscou-se também trazer à tona as debilidades de uma política que teve muitas quedas desde sua criação: a política habitacional.

A desigualdade social tornou-se presente desde o Brasil Colônia e foram necessárias muitas lutas e movimentos no decorrer do passar da história para que a garantia de direitos fosse alcançada, não em sua totalidade, pois até hoje tais programas ainda excluem a historicidade do sujeito, mas cabe ao profissional assistente social, desvelar essa realidade.

O projeto de intervenção que foi apresentado nesse trabalho que também é um dos objetivos de sua exposição, não foi alcançado na sua totalidade, mas sim as intervenções realizadas para que o projeto acontecesse. Isso foi de suma importância, pois mostrou que a “vida real” na atuação do trabalho, nem sempre alcançará o seu objetivo final. Afinal, o trabalho em Rede está presente na atuação do assistente social e, muitas vezes é o causador de empecilhos quando se faz

necessária a atuação de profissionais de outras áreas e/ou outras instituições, que possuem outras demandas.

Ao encerrar este trabalho, verifica-se que o assistente social tem um amplo mercado a sua frente, mas ainda possui muitos embates sobre o fazer profissional, pois há uma dificuldade de reconhecer sua atribuição. Constata-se também que o sujeito empoderado alcança muitas conquistas, exemplo são os moradores do Loteamento que, com um líder comunitário e associação, estão atingido aos poucos os direitos que foram suprimidos.

Por fim, pós-curso, estágio e vivências na área, criou-se uma inquietação e necessidade de apropriar-se cada vez mais da área e lutar para que a profissão seja praticada e reconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, S. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa.** Porto alegre: Age, 2003.

AMÉRICO, M. C. O. **Processos sócio ambientais relacionados às situações de degradação na região do Rio Doce, Natal/ RN.** 2006. Dissertação (Mestrado em Meio ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 2006.

ANDRIOLI, A. I. **A atualidade de Marx para o debate ambiental.** 2007. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/qt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf>

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** 2ª ed. São Paulo: Lisboa CPLHTS, 2000.

BIZZOCCHI, A. REVISTA LINGUA. **Todo o meio é ambiente?** Edição 116. – 2015. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/blog-abizzocchi/todo-meio-e-ambiente-326235-1.asp>>

BURSZTYN, M; PERSEGONA, M. **A grande Transformação Ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1998 – 17. Ed. – Brasília: 405 p. – (Série textos básicos; n. 25).**

_____. **Lei n.º 6.938, 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, 1981.

_____. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10º. Ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental.** LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios; 53).

_____. **O espaço urbano.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 2005.

DIAZ, A. P. **Educação Ambiental como Projeto.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade.** 2012. Disponível em:
<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13053/11225/A_INSTRUMENTALIDADE_NO_TRABALHO_DO_SERVICO_SOCIAL_Yolanda_Guerra_1_.>

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GOUVEIA, N. **Saúde e meio ambiente nas cidades**: os desafios da saúde ambiental. Saúde e Sociedade, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>>

GÓMEZ, J. A. D., AGUADO, O. V., PÉREZ, A. G. (orgs.). **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, a. II, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Cortez Editora, São Paulo. 2000

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. C. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Revista Virtual Textos & Contextos**. n.º 8. Ano VI, 2007.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, J. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. MEW 40. Berlin: Dietz Verlag. , 1968

MARÍNS, Ricardo. **Valores y actitudes ente la naturaleza**. Humanidad y naturaleza. Cáritas, nº 102, 1996

MAZZUOLI, V. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Direito Internacional do meio ambiente**. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32790-40564-1-PB.pdf>>

NALIN, N. M. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social**: o direito à moradia em debate. 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Brasil, Porto Alegre, 2013.

NUNES, L. S., SILVA, A.G. de M. S.; A Educação Ambiental e a Atuação do Assistente Social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 20, n.1, 2014. Disponível em: < <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/821-3546-1-PB.pdf> >

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/12.pdf>>

RIBEIRO, C. S. **Atuação do Serviço Social na Educação Ambiental junto às famílias cadastradas no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs)**

em São Sepé, RS. 2010. 56 f. Monografia (Especialização de Educação Ambiental) – Universidade Aberta do Brasil, São Sepé, 2010.

ROCHA, J. A. **Ciência Econômica diante da Problemática Ambiental.** Caxias do Sul, n 24. 2004. Nota introdutória da disciplina Economia e Meio Ambiente da Universidade de Caxias do Sul – UCS – Primeiro semestre de 2004. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD_009_JUL_2004.pdf>

SOUZA, E. et al. **Conscientização da População Ribeirinha em relação à escassez e desperdício de água.** In: Seminário de Educação Ambiental, 16, 2008. Anais, UFMT, 2008.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

STÉDILE, J.P. **Questão agrária no Brasil.** 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 2011. (Série Espaço e Debate).

SANTANA, R. **Serviço Social e a questão urbana:** desafios na perspectiva do projeto ético-político profissional. Serviço Social e a Questão Urbana no Capitalismo Contemporâneo. In: Seminário Nacional de Serviço Social, 2011. **Anais...** São Paulo: CFESS, 2011.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e participação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

VERGARA, C. **O mundo na era da globalização** - Texto adaptado.2014.

ONU/ UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídrico. Água para um mundo sustentável.** 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf>

APÊNDICES

APENDICE A – Questionário socioambiental



QUESTIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL

Nº da casa: _____ Quadra _____ Lote _____

1. IDENTIFICAÇÃO

- a. Sexo: M () F ()
- b. Idade: _____
- c. Profissão: _____
- d. Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a)
 () Separado (a) () União estável () Viúvo (a)
- e. Escolaridade: () Analfabeto (a) () EFI () EFC
 () EMI () EMC () ESI
 () ESC
- Outro: _____

2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

- a. Quantas pessoas vivem na casa? _____
- b. Quantos estudam? _____
- c. Qual a renda familiar? _____

3. ABORDAGEM ESPECÍFICA

- a. O que é meio ambiente?
- _____
- _____
- b. O que você faz para preservar o meio ambiente?
- _____
- _____
- c. O que é educação ambiental?

d. Sua casa possui lixeira?

Sim Não Por que? _____

e. Onde coloca o lixo até o caminhão de coleta chegar ao loteamento?

Lixeira Calçada Outro: _____

f. Você trabalha com reciclagem?

Sim Não

g. Gostaria de uma lixeira comunitária no loteamento?

Sim Não Indiferente
Por quê? _____

h. Já procurou algum órgão responsável para solucionar algum problema em relação ao ambiente do loteamento?

Sim Não Qual? _____

i. Gostaria de fazer uma observação?

Sim Não
Qual? _____
